


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013836-40.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Valdir de Jesus Cano**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Valdir de Jesus Cano propôs a presente ação contra a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 13.500,00, em razão do acidente de trânsito do qual foi vítima, ocorrido em 10/05/2012.

A ré, em contestação de folhas 20/36, pede a retificação do polo passivo para que passe a constar como ré a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.A. Suscita preliminar de falta de pressuposto processual, pugnando pelo julgamento antecipado da lide. Também suscita a ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação (laudo de exame de corpo de delito), bem como a inépcia da inicial.

No mérito, alega a ausência de nexos causal entre a lesão noticiada e o acidente automobilístico, sendo indevido o pedido de indenização por invalidez permanente. Aduz sobre a necessidade de realização de perícia médica e a utilização, no cálculo de eventual valor condenatório, da Tabela de Danos Pessais (SUSEP). Ao final, requer seja a presente ação julgada totalmente improcedente.

Réplica de folhas 53/56.

Instados a especificar as provas que pretendiam produzir (folhas 58), o autor manifestou-se às folhas 60 e a ré às folhas 62/64.

Decisão saneadora de folhas 67/70.

Quesitos do autor às folhas 05 e da ré às folhas 73/74.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Laudo pericial de folhas 87/91.

Seguiu-se manifestação do autor às folhas 96/102 acerca do laudo pericial, enquanto que a ré manifestou-se às folhas 104/107.

Decisão de folhas 108 homologou o laudo pericial, encerrou a instrução e concedeu prazo para alegações finais.

Alegações finais da ré às folhas 111/114 e do autor às folhas 116/121.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito, sendo impertinente a prova oral, orientando-me pela prova pericial produzida.

As preliminares suscitadas pela ré foram afastadas por meio da decisão saneadora de folhas 67/70.

No mérito, procede a causa de pedir.

O laudo pericial concluiu que o autor padece de invalidez permanente parcial num total de 17,5% da tabela específica (**confira folhas 91**).

Dessa maneira, o autor faz jus ao recebimento da quantia de R\$ 2.362,50, correspondente a 17,5% da tabela Susep, a ser atualizada desde a data do acidente (10/05/2012), acrescida de juros de mora a partir da citação.

Com relação ao nexo de causalidade entre a lesão sofrida e o acidente de trânsito, o boletim de ocorrência colacionado às folhas 10/13 é claro ao afirmar que o autor sofreu lesões no braço esquerdo, joelho esquerdo e ombro esquerdo (**confira folhas 13**), ficando afastados os argumentos postos nas alegações finais oferecidas pela ré às folhas 111.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.362,50, a ser atualizada desde a data do acidente, com juros de mora a partir da citação. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado, a fim de não aviltar o exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”. Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 14 de dezembro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**